

Defensoria Mineira é uma das signatárias de ofício ao Ministério da Saúde sobre a oferta de implante contraceptivo restrita a mulheres vulnerabilizadas

Portaria emitida pelo Ministério da Saúde oferece contraceptivo somente para grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade. Tema foi debatido em live

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência (Nudem-BH), é uma das signatárias do Ofício Conjunto dos NUDEMs nº 03/2021, encaminhado ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, com questionamentos sobre o teor da Portaria SCTIE/MS nº 13, no dia 6 de maio.

Também assinaram o documento as coordenadoras dos Núcleos Especializados de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres das Defensorias de São Paulo, Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Roraima, Espírito Santo, Rondônia, Santa Catarina, Goiás, Amazonas, Piauí, Tocantins e Bahia.

[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

Instituições de Justiça ajuízam ação contra a Fundação Renova por propaganda enganosa e abusiva

Segundo a ação do Ministério Público Federal, MP estadual, Defensorias da União, de Minas e do Espírito Santo, o material contém informações imprecisas ou equivocadas, podendo causar graves danos e prejuízos aos atingidos

[PÁGINA 2](#)



DPMG lança série “Expresso e-Defensoria”

Episódios mensais online vão debater temas do mundo contemporâneo relacionados com a atuação da Defensoria Pública de Minas sob a ótica da era digital

Integrando a programação da Semana da Defensoria da Pública, no dia 21 de maio, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), fará o lançamento da série “Expresso e-Defensoria”. O evento será virtual, às 10 horas, com transmissão pelo canal da DPMG no YouTube (www.youtube.com/c/defensoriamineira).

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública de Minas emite recomendação à PBH para planejamento do retorno das aulas presenciais

[PÁGINA 3](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque [PÁGINAS 2, 3 e 4](#)
- > Na mídia [PÁGINAS 2, 3 e 5](#)
- > Nota de pesar [PÁGINA 5](#)
- > Mundo oficial / Publicações [PÁGINA 6](#)
- > Escola Superior [PÁGINA 7](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁGINAS 7 e 8](#)

CORONAVÍRUS • COVID-19

Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente

Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021

CONTINUAÇÃO DA CAPA • AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Mineira é uma das signatárias de ofício ao Ministério da Saúde sobre a oferta de implante contraceptivo restrita a mulheres vulnerabilizadas

A Portaria SCTIE/MS nº 13, publicada no dia 19 de abril, incorporou o implante subdérmico de etonogestrel (anticoncepcional de longa duração) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), condicionado à criação de programa específico na prevenção da gravidez não planejada para os seguintes grupos de mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos.

No documento encaminhado ao MS e à SCTIE, os NUDEMs questionam, dentre outros pontos, a fundamentação legal e técnica para a escolha do grupo de mulheres que hoje são o público-alvo da referida política; a forma pela qual serão garantidos o direito ao livre planejamento familiar a voluntariedade da adesão ao implante; a não-universalidade da oferta do contracep-

tivo; bem como a possibilidade de mulheres que não pertencem aos grupos listados aderirem ao implante; e a falta de diálogo entre a Pasta e representantes da área de Saúde, movimentos de defesa dos direitos das mulheres e representantes de usuários do SUS.

Live debateu tema – No dia 12 de junho a defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira, do Nudem-BH, participou de live “Eugenia, não! Contra a Portaria nº 13/2021 do Ministério da Saúde”, na plataforma Instagram, para discutir os termos da medida adotada pelo órgão do Governo Federal. O debate foi dirigido pela vereadora de Belo Horizonte, Bella Gonçalves, e contou com a participação de Santuzza Souza, coordenadora do coletivo Rebu, de apoio às trabalhadoras sexuais, e de Alessandra Martins, do Movimento Nacional da População de Rua.

[Assista a live](#)

Instituições de Justiça ajuízam ação contra a Fundação Renova por propaganda enganosa e abusiva

As instituições de Justiça que atuam no caso Samarco – Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) – ingressaram com Ação Civil Pública para impedir a divulgação de todo e qualquer material publicitário ou propagandístico pela Fundação Renova, em especial as divulgadas sob as rubricas “Da reparação até aqui”, “Expedição Rio Doce” e “Conteúdo de marca – site UOL”.

De acordo com as instituições de Justiça, o material questionado contém “informações imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas”, noticiando o restabelecimento de uma ‘normalidade’ inexistente, em temas fundamentais para a população, como a qualidade da água e do ambiente aquático, recuperação de nascentes e bioengenharia, recuperação econômica, indenização, reassentamento e concentração de rejeitos.

Nos últimos seis anos foram gastos R\$ 28,1 milhões em publicidade. Tal valor adquire especial relevância quando se constata que foi gasto em detrimento de diversos programas cuja execução é a única razão da existência da Renova, afirma a ação. Para demonstrar de maneira concreta como o desvio de finalidade no uso de recursos impacta na execução dos programas, a ação utiliza um dos símbolos emblemáticos do desastre: as casas destruídas pela lama. Considerando-se “que, nos Custos Unitários Básicos de Construção (CUB/m²), o valor do metro qua-

drado padrão normal residencial (R-1) é de R\$ 2.027,20, poderiam ser construídas com o valor empregado em propaganda nada menos que 146 casas de dois dormitórios ou 80 casas de três dormitórios para os atingidos que há cinco anos esperam por um novo lar”.

As instituições de Justiça signatárias da ação pedem que o Poder Judiciário, além de determinar a retirada do material, obrigue a Renova a veicular material de contrapropaganda, na mesma forma, frequência, dimensão e, preferencialmente, nos mesmos veículos, local, espaço e horário para esclarecer todas as impropriedades existentes nos conteúdos anteriormente divulgados. A ação também pede a condenação da Fundação Renova ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor mínimo de R\$ 56.302.564,60, equivalente ao dobro do destinado às campanhas publicitárias realizadas.

[Leia a matéria na íntegra e acesse a Ação Civil Pública](#)

NA MÍDIA

Órgãos de Justiça ajuízam ação contra Fundação Renova por publicidade enganosa

[Portal O Tempo](#)

Defensorias Públicas de MG e ES, MPF, MPMG e DPU entram com ação para impedir divulgação de publicidade da Renova

[G1 Minas](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas emite recomendação à PBH para planejamento do retorno das aulas presenciais

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível), expediu no dia 6 de maio recomendação à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, solicitando ao órgão que apresente o planejamento para o retorno das aulas presenciais no município e sua divulgação para a comunidade.

No documento, a DEINJ-Cível também requer que a Prefeitura apresente quais medidas está adotando para começar efetivamente o ensino remoto, se for mantido o modelo híbrido.

Solicita ainda que seja constituído um grupo de trabalho intersetorial, com a sociedade civil, Legislativo, Secretaria Municipal de Educação, Defensoria Pública, Ministério Público e representantes dos professores para que possam ser negociadas e devidamente planejadas

todas as ações de retorno às aulas, caso ainda não exista este planejamento.

Dada a urgência da situação, a DEINJ-Cível solicitou resposta no prazo de três dias úteis após o recebimento do documento pela PBH.

No caso da criação do grupo de trabalho intersetorial, a recomendação solicita que a primeira reunião fosse agendada até o dia 14 de maio.

[Clique aqui para ler a Recomendação nº 02/2021 DPG/DEINJ-CÍVEL](#)

NA MÍDIA

Defensoria dá três dias para Prefeitura de BH apresentar plano detalhado de volta às aulas

[Rádio Itatiaia](#)



NA MÍDIA

Reportagem destaca atuação da DPMG para garantir o fornecimento de alimentação escolar de alunos da rede pública de Barbacena e outros 7 municípios

A atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais em Barbacena foi tema de reportagem na edição do **MGTV 2ª Edição – Zona da Mata** do dia 12 de maio. A reportagem destaca as Ações Cíveis Públicas ajuizadas pela DPMG em face aos municípios que compõem a comarca – Barbacena e outros sete municípios – para garantir o retorno seguro e adequado às atividades presenciais nas escolas e a manutenção do serviço de alimentação suplementar, principalmente para alunos em situação de vulnerabilidade. Na entrevista, a defensora pública Darcilene da Consolação Neves Pereira, uma das autoras das ACP's, ressalta o direito do aluno da rede pública municipal ao acesso à alimentação escolar, inclusive, durante a pandemia.

[Clique aqui para ver a reportagem.](#)



Defensoria em Barbacena ajuíza ações para que municípios da comarca garantam retorno seguro às escolas e fornecimento de alimentação suplementar

[Portal de Notícias Barbacena](#)

Defensoria em Barbacena ajuíza ações para que municípios da comarca garantam retorno seguro às escolas e fornecimento de alimentação suplementar

[Folha de Barbacena](#)

Defensoria questiona fornecimento do kit merenda e retorno das aulas em cidades da comarca

[Portal Barbacena Online](#)

Defensoria Pública cobra distribuição de alimentos para estudantes das escolas municipais de Barbacena

[Portal MG2](#)

MUTIRÃO DIREITO A TER PAI

Reportagem destaca atuação da Defensoria e do TJMG para reconhecimento de paternidade

[Portal O Tempo 10/05/21](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Reunião quinzenal da DPMG de monitoramento do sistema prisional tem participação do secretário da Sejusp

Na quarta-feira (12/5), a reunião entre a Defensoria Pública-Geral e as defensoras e defensores públicos que atuam nas áreas criminal, urgência criminal e execução penal da DPMG contou com a participação do defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, e do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Rogério Greco. A assessora Institucional, defensora pública Emília Eunilce Alcaraz Castilho, conduziu o encontro, que aconteceu de forma virtual.

As reuniões entre as defensoras e defensores públicos são realizadas quinzenalmente, com o objetivo de acompanhar as mudanças no cenário e sugerir medidas para o monitoramento do impacto do coronavírus entre a população carcerária. Além da já rotineira atualização do monitoramento da DPMG no sistema prisional mineiro, a participação do secretário de Justiça e Segurança Pública no encontro desta semana possibilitou a troca de ideias e experiências em busca de encaminhamentos e soluções para as demandas relativas ao sistema prisional.

Tanto Rogério Greco, quanto o defensor-geral Gério



Soares, destacaram a expressiva interlocução, alinhamento e apoio mútuo entre os dois órgãos, o que tem gerado resultados positivos na resolução de demandas.

As prisões femininas do estado; o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade; Apacs; implementação de equipes de saúde e assistência à saúde mental em unidades prisionais; e a nova formatação do Regulamento e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP) foram outros pontos também abordados na reunião.

Defensoria Pública participa da instalação da primeira Apac juvenil em Minas

Fotos: Mirna de Moura/TJMG



Defensores Reinaldo Queiroz (esquerda) e Antônio Jardim, acompanhados do governador Romeu Zema e do presidente da Subseção da OAB de Frutal, John Kennedy Mendonça

A Defensoria Pública de Minas Gerais participou, em Frutal, no Triângulo Mineiro, do início das atividades da Associação de Proteção aos Condenados (Apac) voltada para a recuperação de jovens e adolescentes. O defensor público Reinaldo Ferreira de Queiroz, em atuação na comarca, representou o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares na solenidade.

A instalação, que aconteceu no dia 13/5, foi presidida pelo 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador José Flávio de Almeida, representando o presidente do órgão, Gilson Soares Lemes, e contou com a presença do governador Romeu Zema.

Foi inaugurada também a Escola Professora Maria José Lacerda da Mata, primeira escola independente a funcionar em uma Apac e que atenderá aos recuperandos do Apac Masculina de Frutal.

Em seu discurso, o 1º vice-presidente do TJMG agradeceu ao apoio do defensor-geral Gério Patrocínio Soares, das demais instituições de Justiça e do Governo de Minas pela união de esforços, fundamental para que a unidade juvenil se concretizasse.

A unidade é a primeira do mundo para a recuperação de adolescentes e jovens por meio da metodologia apaciana e oferecerá mais vagas para menores infratores cumprirem medidas socioeducativas de internação.

Com informações do TJMG.



NA MÍDIA

CAMPANHA SOLIDÁRIA

Defensoria Pública lança campanha solidária em apoio a famílias vulneráveis em Patos de Minas

[Portal Patos Já](#)

Defensoria Pública lança campanha solidária em apoio a famílias vulneráveis em Patos de Minas

[Portal Patos 1](#)

Defensoria Pública faz campanha para ajudar famílias carentes em Patos de Minas

[G1 Triângulo e Alto Paranaíba](#)

SEMANA DA DEFENSORIA PÚBLICA

Defensoria Pública mineira promove série de lives especiais

[Portal CNJ](#)

Semana da Defensoria Pública: DPMG e Esdep promovem lives

[Portal Cidade Conecta](#)

Dia Nacional da Defensoria Pública: cidadania e acesso à ordem jurídica justa

[Portal TV Vale do Aço](#)

[Portal Carta de Notícias](#)

NOTA DE PESAR

Defensora Pública Liliane Maria Gomide Ribeiro do Vale

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com profundo pesar, o falecimento da defensora pública Liliane Maria Gomide Leite Ribeiro do Vale, ocorrido na terça-feira (11/5).

Liliane Gomide ingressou na Defensoria Pública pelo III Concurso, tendo tomado posse em 1º de outubro de 1998, sempre prestando relevantes serviços para a Instituição. Em 2005 foi eleita membro do Con-

selho Superior da Defensoria Pública. Sua primeira atuação foi na comarca de Alpinópolis, Candeia e Arcos. Em 2004 foi designada para o Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte. Liliane Gomide atuou também como coordenadora do Núcleo da Defensoria Pública com atuação junto ao Juizado da Infância e Juventude, em Belo Horizonte, se transferindo depois para a comarca de Lagoa Santa. Atualmente ela atuava na 3ª Defensoria da Família da Capital, área em que ingressou em 2008.

Com seu olhar humano, voltado para a justiça social e a promoção da dignidade humana, protagonizou atuações importantes em favor dos assistidos da DPMG, como a tramitação de uma ação de investigação de paternidade em apenas 16 dias até a sentença final favorável.

Em outra atuação marcante, conseguiu em decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais vitória em ação para que o Estado pagasse os custos de tratamento de uma assistida dependente de crack, internada compulsoriamente e que corria iminente risco de morte.

Liliane Gomide deixa uma importante lacuna entre membros de todo o sistema de Justiça e servidores da Defensoria Pública.

Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.



MUNDO OFICIAL

DPMG recebe visita de representantes da Defensoria do Amazonas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) recebeu na segunda-feira (10/5) a visita de representantes da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPEAM). Durante a visita, foram apresentados o processo de atendimento e os processos internos – Organizacional, Gestão de Pessoas, Tecnologia e Administrativo – utilizados pela DPMG.

Foto: Claudinei Souza/DPMG



O chefe de Gabinete da DPEAM, defensor público Nairo Aguiar Cordeiro, e os servidores da diretoria de Planejamento e Gestão, Caroline Ortiz (diretora) e Guilherme Wancley (diretor-adjunto), foram recebidos pelo defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares; pela chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e pelas defensoras públicas de Minas Gerais, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias) e Sílvia Leonel Ferreira (coordenadora do Atendimento da Capital)

Defensores públicos de Sete Lagoas recebem representantes da PMMG

Na quinta-feira (13/5), a defensora pública Camila Cortes Rezende Silveira Dantas e o defensor público Daniel Teixeira Dantas se reuniram com os representantes da Polícia Militar, tenente coronel Luiz Faustino Marinho Júnior e major Soares. Durante o encontro, os defensores públicos que atuam na área criminal e execução penal em Sete Lagoas e os policiais militares trataram de assuntos sensíveis aos direitos fundamentais dos presos. Além disso, a reunião, que aconteceu na Unidade da DPMG em Sete Lagoas, reforçou os laços entre as instituições.



Major Soares, tenente coronel Luiz Faustino Marinho Júnior e os defensores públicos Camila Dantas e Daniel Dantas

PUBLICAÇÕES

Núcleo de Atuação em Brasília lança 4ª edição de 2021 do ‘Drops dos Tribunais’

O Núcleo de Atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais junto aos Tribunais Superiores lançou a 4ª edição deste ano do boletim informativo “Drops dos Tribunais”.

Além de apresentar importantes decisões atinentes à atuação da Defensoria Pública na área Criminal, esta edição traz o vídeo da audiência promovida pelo STF para debater o tema “A letalidade e violência policial”, que contou com participação do GAETS – Grupo de Atuação

Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores.

O “Drops dos Tribunais” é um informativo digital e periódico para divulgação de decisões dos Tribunais Superiores e do TJMG, pertinentes à atuação da DPMG, trazendo também informações acerca do trabalho realizado, em Brasília, pelo GAETS.

[Clique aqui para ler](#)

Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2021 será lançada em 21/5

No dia 21 de maio, às 10 horas, acontecerá o lançamento da Pesquisa Nacional da Defensoria Pública – 2021. O evento será virtual, com transmissão pelo canal do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) no Youtube.

A Pesquisa Nacional da Defensoria Pública – 2021 foi realizada conjuntamente pelo CNCG (Conselho Nacional dos Corregedores Gerais), Condege (Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais) e DPU (Defensoria Pública da União).

O estudo coletou as mais recentes informações sobre o atual estágio de desenvolvimento na Defensoria Pública no território nacional.

Com isso, a pesquisa pretende proporcionar base empírica para orientar o planejamento de ações estratégicas a serem adotadas para o aprimoramento dos serviços jurídico-assistenciais prestados à população, garantindo a progressiva reversão do cenário de marginalização jurídica dos membros mais pobres e vulneráveis da sociedade brasileira.



ESCOLA SUPERIOR

Defensorias de Minas e do Paraná, Esdep e Edepar promovem webinar “Recurso Especial em Debate”

As Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Paraná, a Escola Superior da DPMG (Esdep) e a Escola da DPE-PR (Edepar) promoveram, nos dias 13 e 14 de maio, o webinar “O Recurso Especial em Debate – Aspectos práticos e fundamentais à admissibilidade e provimento”.

O evento, no formato virtual, foi transmitido pelo YouTube da Edepar e reuniu especialistas de várias ins-

tuições, como Defensorias Públicas, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, além de mestres e doutores do meio acadêmico.

As gravações estão disponíveis em quatro vídeos no canal da Edepar. Clique no link abaixo:

[c/escoladadefensoriapublicadoestadodoparana](https://www.youtube.com/c/escoladadefensoriapublicadoestadodoparana)

Esdep sorteará vagas para o curso online Direito Sistêmico

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) vai sortear quatro vagas para defensoras e defensores públicos interessados em participar do curso de Direito Sistêmico online. Interessados em concorrer ao sorteio deverão enviar nome completo, telefone e comarca para o e-mail: sorteioscapitacao@defensoria.mg.def.br.

As inscrições começam às 8 horas do dia 10/5/2021 e vão até as 23h 59min de 18/5/2021.

O sorteio será no dia 19/5 e o resultado será divulgado durante a palestra “Direito Sistêmico e as Constelações Familiares na Defensoria Pública”, que acontecerá

dia 20/5, às 10h, pelo canal da DPMG no YouTube, dentro da programação da Semana da Defensoria Pública.

[Saiba mais](#)

Os contemplados terão 12 meses para concluir o curso, que tratará dos seguintes temas: “As constelações familiares e as ordens sistêmicas na vida e no Direito”; “As dinâmicas comuns nas relações de casal e entre pais e filhos”; “Um olhar sistêmico sobre o conflito, a violência e a criminalidade”; e “A postura sistêmica e fenomenológica da relação de ajuda”.

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[@defensoriamineira](https://www.facebook.com/defensoriamineira)



[c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)



[@defensoriamg](https://twitter.com/defensoriamg)



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Consulta para cooperação voluntária e temporária na 1ª Defensoria dos Juizados – Juizado Especial da Fazenda Pública – direito de saúde

A cooperação se inicia em 21/5/2021, com término previsto para o dia 9/7/2021. Os interessados deverão solicitar inscrição por e-mail, até as 23h59 do dia 19/5/2021, direcionado ao endereço gabinete@defensoria.mg.def.br

[Resolução nº 184/2021](#)

Resolução altera composição e presidência do Grupo de Trabalho para elaboração do Protocolo de Atuação do atendimento à mulher em situação de violência

[Resolução n.180/2021](#)

Retificação da escala de defensores públicos designados pela Resolução n. 176/2021

[Resolução n.188/2021](#)

PJe Criminal chega a mais 51 comarcas no dia 11/5

Na terça-feira (11/5), o Processo Judicial eletrônico (PJe) Criminal chegou a mais 51 comarcas de entrância inicial (Justiça Comum e Juizados Especiais) e nas Turmas Recursais das comarcas que já possuem o sistema eletrônico.

O PJe Criminal torna-se padrão para andamento de ações penais com denúncia ou queixa-crime oferecida, bem como os respectivos incidentes processuais e ações conexas, como violência doméstica e familiar contra a mulher, crimes contra crianças e adolescentes e tribunal do júri. Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) e investigações do Ministério Público de infrações de menor poder ofensivo também terão andamento no PJe Criminal.

[Mais informações na página do PJe no Portal TJMG.](#)

SPGSO

Pesquisa sobre vacinação de Covid-19

Pesquisa é dirigida a todo público interno. Prazo para resposta é até 21/5

Com o início da vacinação contra a Covid-19 em Minas Gerais, é necessário que a DPMG conheça o seu público interno, em relação à cobertura vacinal. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa para identificação de vacinados ou não no âmbito da Defensoria Pública. A pesquisa é simples, rápida e muito importante para as diretrizes institucionais.

[Clique aqui para acessar a pesquisa.](#)

NOTA DE FALECIMENTOS

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com profundo pesar, o falecimento da **defensora pública Liliane Maria Gomide Leite Ribeiro do Vale**, ocorrido no dia 11/5 (veja nota de pesar na página 5), e **do sr. Fernando Luís Rodrigues de Araújo, padrao do defensor público Heitor Teixeira Lanzillotta Baldez**, que atua na Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível) e é membro do Conselho Superior da DPMG. Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

Nota de condolências

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais vem prestar homenagem à Defensora Pública Liliane Maria Gomide Leite Ribeiro do Vale, que lamentavelmente faleceu no dia 11 de maio de 2021.

O Conselho Superior reconhece o legado deixado pela Dra. Liliane à Instituição, em razão não só do primoroso trabalho desenvolvido ao longo de vários anos, mas também do dinamismo e engajamento que lhe eram peculiares. Características essas reconhecidas não só por seus pares, mas pelos mais diversos órgãos e integrantes do sistema de justiça com que habitualmente interagira.

Sem dúvida alguma, já nos faz muita falta.

Aos familiares e amigos, nosso carinho e solidariedade.

Gério Patrocínio Soares

Nikolas Stefany Macedo Katopodis

Galeno Gomes Siqueira

Gustavo F. Dayrell de Magalhães

Heitor Teixeira L. Baldez

Liliana Soares Martins Fonseca

Andréa Abritta Garzon Tonet

Guilherme Rocha de Freitas

Luiz Roberto Costa Russo

Fernando Campelo Martelleto

Luto oficial – Resolução declara luto oficial de três dias no âmbito da DPMG, por motivo do falecimento da defensora pública Liliane Maria Gomide.

[Resolução n.183/2021](#)

Adiamento de sessão do Conselho – O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em respeito e homenagem à defensora pública Liliane Maria Gomide Leite Ribeiro do Vale e com fundamento na Resolução 183/2021, comunica o adiamento da 5ª Sessão Ordinária para o dia 21.05.2021.

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS



16 anos
IV CONCURSO DPMG
Maio de 2005

10 anos
VI CONCURSO DPMG
1ª Turma | Maio de 2011

PARABÉNS às defensoras e aos defensores públicos empossados em Maio de 2005 e de 2011.

A Defensoria Pública de Minas Gerais cumprimenta as defensoras e os defensores públicos do IV Concurso e 1ª Turma do VI Concurso, empossados em Maio de 2005 e de 2011, respectivamente, pela atuação em favor dos cidadãos vulneráveis, garantindo o exercício pleno dos seus direitos e contribuindo decisivamente para o combate às desigualdades.

Maio 2021

